



Conferência de Lisboa faz recomendações

Pág. 2

**FALAR
PORTUGUÊS**

priberom

**2ª CONFERÊNCIA
LÍNGUA
PORTUGUESA**
no sistema mundial
LISBOA 2013

Guiné-Bissau PAIPA—DC Para além do 'agronegócio' e da agricultura tradicional

Pág. 3

Arquitetura Processo criativo de Siza em exposição em Berlim

Pág. 4



Língua portuguesa Conferência de Lisboa formulou 22 recomendações

Um total de 22 recomendações, distribuídas por cinco tópicos, constitui o corpo de conclusões do segmento da sociedade civil da 2ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que decorreu na Universidade de Lisboa, a 29 e 30 de outubro de 2013.

A conferência foi uma iniciativa do Governo Português, com a organização conjunta do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e de um consórcio de quatro universidades portuguesas - Lisboa, Porto, Coimbra e Nova de Lisboa.

Além da sociedade civil, a conferência de Lisboa contou também, a 31 de outubro, com um segmento técnico e governamental, que produziu um documento - o Plano de Ação de Lisboa (PALis) -, já aprovado pelo Comité de Concertação Permanente da CPLP. Este documento, cujas linhas gerais foram objeto de divulgação na conferência de imprensa de encerramento da 2ª Conferência (v. suplemento *Camões* no *Jornal de Letras* de 13-26 de novembro de 2013), será submetido a uma próxima reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Maputo, e posteriormente à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da organização de países de língua portuguesa, em Díli.

A maioria das recomendações

formuladas pelo segmento da sociedade civil, que teve a participação de investigadores e docentes de todos os países da CPLP e de outros países, foram acolhidas no documento finalizado pelos técnicos e diplomatas dos 8 países membros da CPLP.

Os trabalhos do segmento da sociedade civil - de caráter eminentemente académico e científico - foram distribuídos por três conferências plenárias, sete reuniões temáticas, dezasseis sessões de comunicações livres e duas sessões de apresentação de projetos e produtos, segundo o documento que contém as conclusões da reunião.

Os textos das comunicações entregues à organização serão colocados no sítio da conferência na internet (<http://www.conferencialp.org/>) e objeto de subsequente edição digital.

Em primeira apresentação dos resultados da conferência, elaborada em simultâneo com o seu encerramento e suscetível de ulterior enriquecimento, segundo a organização, figuram as conclusões e propostas que aqui se publicam.

Recomendações gerais:

1. Manter as metas traçadas no Plano de Ação de Brasília, sempre que não tenham sido atingidas.
2. Prever formas de monitorização do programa, com a introdução de cronogramas, identificação de responsáveis e de metas objetivas.

3. Incluir no Plano de Ação de Lisboa as recomendações da Carta de Maputo e da Carta da Praia - ou remissão para estes documentos.

Língua de ciência e inovação

1. Prosseguir o esforço de melhoria da qualidade das revistas científicas, editadas nos países da CPLP, de modo a conseguir que as que

constam da SCIELO e satisfazem os indicadores internacionais de qualidade sejam integradas na *Web of Science*.

2. Reconhecer o papel das terminologias científicas e técnicas, concertadas entre os países da CPLP, como instrumento facilitador da comunicação entre os seus cientistas e, sobretudo, como facilitador do ensino da ciência, da partilha do conhecimento e da disseminação da cultura científica.

3. Incluir como área estratégica nos Planos Nacionais de I&D dos países da CPLP para os próximos sete anos o Processamento Computacional da Língua Portuguesa, condição indispensável da cidadania plena numa sociedade de conhecimento.

4. Identificar áreas de atividade em que a língua portuguesa pode constituir um instrumento para o fomento ou desenvolvimento da economia.

5. Desenvolver estratégias de promoção da imagem de poder e de valor acrescentado da língua portuguesa.

Ferramentas e recursos digitais

1. Formar consórcios e parcerias que possibilitem a transferência de tecnologia entre os vários países da CPLP, criando massa crítica para a afirmação da língua portuguesa, em todas as suas variedades nacionais, junto dos agentes económicos.

Presença da língua portuguesa nas organizações internacionais

1. Focar as políticas de internacionalização da língua portuguesa, ao nível político diplomático da CPLP, em objetivos exequíveis, compatíveis com os níveis de investimentos disponibilizados pelos EM, e suportadas por uma análise realista dos contextos geoestratégicos e regionais de atuação.

Ensino da língua portuguesa e formação profissional

1. Prosseguir as propostas do plano de Ação de Brasília, nomeadamente quanto ao (i) levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de LP em contexto PLE; e à (ii) articulação de ações de cooperação na capacitação/formação de professores de PLE.
2. Concretizar propostas de formação/capacitação dos professores de PLE/2 no espaço CPLP que possibilitem a mobilidade de estudantes, de formadores e de conhecimento.
3. Publicitar os casos de boas práticas de ensino ou de práticas de impacto reconhecido para replicação mediante adaptação a outros contextos.
4. Apoiar programas de ensino

bílingue, a partir de experiências que se refletiram na promoção do sucesso escolar.

5. Garantir aos profissionais a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das propriedades das diferentes variedades do português e da sua relação com as normas nacionais.

6. Investir numa formação profissional consciente da importância da localização, a qual será potenciada se houver concertação e conhecimento partilhado sobre políticas de formação.

7. Investir na formação de tradutores e intérpretes em áreas específicas de relevância social e económica, como a saúde, a justiça e a ciência e tecnologia.

8. Explorar as potencialidades e virtualidades das tecnologias de informação e comunicação na diversificação de metodologias para o ensino da língua, como por exemplo ambientes de simulação 3D, vídeos e imagens.

9. Assegurar ao IILP condições políticas, económicas e de gestão para a continuidade do projeto de criar uma plataforma comum na Internet para o ensino do português como língua estrangeira, já em processo de implementação e lançada na sua versão experimental na II Conferência para o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em outubro de 2013, em Lisboa, denominada Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), contendo, entre outros recursos:
 - Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas, materiais e recursos didáticos;
 - Materiais e recursos didáticos, em forma de Unidades e Roteiros Didáticos, para o ensino de português como língua estrangeira.

10. Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino do português que tenham em conta as diferentes variantes da língua portuguesa e prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, que tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE);
11. Incumbir o IILP de apresentar um projeto de formação de professores para a atuação nas diásporas, bem como uma metodologia para a cooperação entre os Estados Membros que permita a sua realização.

12. Mandar o IILP para coordenar, a partir da realização de acordos e parcerias com instituições especializadas e adequadas para esse fim, para elaborar um mapeamento e consequente diagnóstico dos falantes e herdeiros da língua portuguesa que vivem em diferentes contextos diaspóricos, visando ao planeamento e ao desenvolvimento de projetos voltados para essas comunidades.



Guiné-Bissau PAIPA-DC – Para além do ‘agronegócio’ e da agricultura tradicional



FOTOGRAFIA DE HUGO VAZ

❖ Garantir a segurança alimentar, reduzir a pobreza e promover a igualdade de género são objetivos do Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar – Desenvolvimento Comunitário (PAIPA-DC) que, desde 2009, está a ser desenvolvido na Guiné-Bissau (GB) numa parceria entre a Cooperação Portuguesa e a ONG ADRI (Associação para o Desenvolvimento Integrado Rural).

O projeto, centrado na segurança alimentar por via do desenvolvimento da produção agrícola, tem também uma valência de reforço das estruturas de saúde e educação das populações envolvidas em duas regiões da GB – Biombo (sector de Prábis, na *Tabanca* de Blom) e Gabu (sector de Pirada, na *Tabanca* de Dinga). Na experiência piloto, os trabalhos foram iniciados na região de Bafatá, nas *Tabancas* de Sucotó e Djana, sectores de Ganadu e Bafatá, respetivamente, e após a regularização da vida política da Guiné-Bissau, o projeto pretende avançar para a Região de Oio.

O PAIPA-DC é, como refere Hugo Vaz Pedro, engenheiro agrónomo e coordenador-geral do projeto em representação do Camões, IP, uma «alternativa à especialização e modernização da agricultura (geralmente denominada de ‘agronegócio’), bem como à agricultura de subsistência (muitas vezes chamada ‘agricultura familiar’))». Trata-se

pois de um «modelo intermédio» em que o aumento da produtividade e a da produção estão ligados à «mecanização e intensificação racional e sustentável de algumas culturas».

Só por si, a agricultura tradicio-

nal e familiar, dominante na GB, não resolve o problema da segurança alimentar e, neste ano de 2013, existem mesmo dificuldades de abastecimento no país, que tem uma dependência total da exportação de caju.

«O PAIPA-DC defende não só a produção de culturas alimentares como um pequeno estímulo à produção de culturas de rendimento, que fortaleçam o rendimento auferido pelos agregados familiares filiados no projecto, promovendo uma concorrência à produção (ou, na prática, recollecção) do caju», afirma Hugo Vaz Pedro.

MULHERES

No modelo tradicional, «o peso na produção alimentar recai, invariavelmente, na mulher». Aos trabalhos agrícolas, incluindo os mais pesados, as mulheres somam a preparação dos alimentos (pilar o arroz ou o milho), cuidar da casa, ‘catar’ água e lenha. Os homens têm actividades que vão da lavoura do milho (no caso dos fulas) à preparação de algumas tarefas de horticul-tura, como não raro acontece nas hortas apoiadas pelo PAIPA-DC. Mas no resto do território quem cuida das hortas são as mulheres, garante o técnico do PAIPA-DC. «A pergunta ‘onde estão os homens?’ não é fácil responder. Vemo-los debaixo das mangueiras (as árvores) a conversar

Áreas e populações abrangidas

❖ Áreas e populações abrangidas pelo PAIPA-DC?

A produção orizícola (a mais importante) abrangeu, em 2012, 977,5 hectares cultivados que perfizeram uma produção de 1.544 toneladas de arroz *paddy* (com casca).

Na horticul-tura do ‘tempo seco’ (entre Novembro e Março) trabalharam-se mais de 1,5 hectares, uma área muito considerável. Na maioria das hortas cultivava-se cebola, quiabo, beringela, tomate, *djacatu*, repolho e cenoura.

O projecto abrange 6.405 pessoas (cerca de 0,4% da população guineense) agrupadas em 415 *fogões*, isto é, agregados familiares. No caso particular da horticul-tura trabalhou-se com 579 mulheres.

ou a dormir enquanto as mulheres raramente param», diz Hugo Vaz Pedro. Não acontece em todas as etnias, sublinha, «mas nas etnias maioritariamente muçulmanas esse desequilíbrio é marcado». Ora o projeto, com o recurso à tecnologia – tractores para lavar arroz, descascador de arroz ou moinho de cereais – «retira essa responsabilidade, trabalho e horas perdidas da esfera das mulheres».

Por outro lado, «o facto de se eliminar o esforço físico para se produzir mais (ou pelo menos o mesmo) é um salto de gigante em populações cujo trabalho agrícola é manual», considera o coordenador-geral do projeto, que atua em articulação com um coordenador nacional guineense indicado pela ADRI. E atividades como a horticul-tura aumentam o rendimento líquido nos bolsos dos beneficiários.

Ao reforçar-se a produtividade da agricultura tradicional, contraria-se também o desvio de terras para as culturas de exportação e mitiga-se o exodo rural. A diversificação de culturas e o desenvolvimento de actividades agro-silvo-pastoris diminui a insegurança alimentar e a pobreza; a inclusão das mulheres fomenta também o controlo dos rendimentos pelas famílias.

Os resultados estão à vista. O PAIPA-DC é responsável pela maior produção de arroz de bolanha (arroz de várzea) da Guiné-Bissau, tanto em área como em peso conseguindo suprimir entre 1 e 2% do défice nacional de arroz, o alimento essencial à dieta dos guineenses.

O responsável português fala da reação positiva das populações ao desenvolvimento do projeto porque, diz, grande parte das atividades do PAIPA-DC «respondem diretamente às necessidades das populações». Numa visita ao terreno, o responsável português pôde ouvir que, «graças ao projeto, este ano, vamos ter comida até à próxima colheita», ou ainda que, «com este dinheiro [auferido através da venda de arroz], vou poder comprar uma cama: deixarei de dormir no chão». «Muitas vezes o que se retira não são os indicadores frios que nos mostram o sucesso do projeto. São as pessoas que nos mostram como foram alteradas as suas vidas», declara Hugo Vaz Pedro, para quem o acerto da resposta às necessidades das populações se deveu «ao conhecimento do terreno dos dois técnicos que idealizaram o PAIPA-DC».

ASSOCIAÇÕES

O elemento central com que projeto trabalha são as associações, estruturas que, segundo o técnico português, «emanam das *tabancas* (aldeias)» e que, com os seus nomes nos dialetos locais, são um misto de organização formal (em termos de estatutos ou designação dos cargos como presidente ou tesoureiro) e de organização tradicional, (com o seu respeito pelos elementos mais velhos, nomeadamente), responsáveis por gerir os equipamentos doados. Para Hugo Vaz Pedro «é vital que os

A visão de dois técnicos

❖ O PAIPA-DC surgiu em 2008 da visão de dois técnicos, o português (por parte do Camões, IP, então IPAD) António Jorge Corte-Real e o guineense João Aníbal Pereira (engenheiro, por parte da ADRI), os quais, segundo o atual coordenador-geral «dedicaram toda a sua vida profissional ao desenvolvimento rural», defendendo «um modelo de desenvolvimento agrícola com recurso a factores de produção que permitam uma intensificação da agricultura de forma sustentada em termos sociais, económicos e ambientais».

Até 2011 estes dois técnicos coordenaram o projeto numa «moldura ligeira e expedita». A doença do primeiro ditou naquele ano a renovação da coordenação da parte portuguesa. Atualmente, a estrutura local do PAIPA-DC conta com uma direção técnica assegurada pelos dois coordenadores, ambos da área de agronomia, cabendo a execução a um assistente logístico e «dois pontos focais», «que se encontram mais perto das populações beneficiárias». A coordenação de projetos da Cooperação Portuguesa da Embaixada de Portugal em Bissau estabelece a ligação com as autoridades nacionais, as agências internacionais de desenvolvimento e outras instituições ligadas à cooperação e desenvolvimento, bem como ao Camões, IP.

beneficiários sintam a associação como ‘deles’».

Do ponto de vista do projeto, o essencial é que ele venha ser autossustentável, isto é, que possa vir a prescindir do papel dos doadores. Hugo Vaz Pedro sublinha a especificidade de se tratar de uma intervenção numa «atividade ancestral», que ocupa 80% da população guineense, o que «torna a alteração de algumas formas de fazer agricultura e a incorporação de tecnologia mais difícil de assimilar». É preciso tempo e disponibilidade financeira.

A leitura feita do percurso feito pelo PAIPA-DC, já há 4 anos no terreno, permite perceber, na opinião do seu coordenador-geral, que «os principais mecanismos de resiliência do projecto estão a ser alcançados mais rapidamente em cada nova zona de trabalho, fruto da aprendizagem contínua e da sensibilidade às diferentes formas de uma etnia trabalhar».

Reino Unido Língua Portuguesa identificada como «idioma para o futuro»



Um estudo do British Council sobre as prioridades linguísticas do Reino Unido, intitulado *Languages for the Future* (Línguas para o Futuro), consagra o português como um dos 10 idiomas estrangeiros mais importantes nas próximas duas décadas.

Pela primeira vez, a língua portuguesa integra esta pequena lista das línguas consideradas «vitalis» num horizonte temporal de 20 anos, partilhando esse estatuto com o espanhol, árabe, francês, mandarim, alemão, italiano, russo, turco e japonês.

No relatório divulgado em novembro passado, explicita-se

que esta seleção baseia-se em fatores económicos, geopolíticos, culturais e educacionais, incluindo as necessidades das empresas do Reino Unido no que respeita aos seus negócios com o exterior, as prioridades diplomáticas e de segurança e a relevância na Internet.

Destacando que o português é língua de trabalho da União Europeia e é também utilizado em diversos organismos internacionais, como a Organização dos Estados Ibero-americanos, União Africana, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e União das Nações sul-americanas, os autores do estudo referem igualmente o facto de a língua portuguesa ser o 5º idioma mais utilizado na Internet.

Constituindo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados e, no seu conjunto, têm aproximadamente 250 milhões de habitantes.

O relatório britânico sublinha o dinamismo económico do Brasil, uma das potências emergentes mundiais, indicando que as oportunidades para as empresas britânicas naquele país «são imensas». As relações económicas entre o Reino Unido e Portugal também são referidas no documento, que não faz, no entanto, qualquer referência ao rápido crescimento económico de Angola e Moçambique.

Estudos recentes têm vindo a indicar que a projeção da língua portuguesa se deve principalmente ao número de falantes de língua materna, ao número de países de língua oficial portuguesa, à presença e crescimento na Internet, à cultura, sobretudo ao nível da tradução de originais e, desde há alguns anos, à ciência, devido a um forte crescimento da produção de artigos em revistas científicas.

O relatório *Languages for the Future* pode ser consultado em <http://www.britishcouncil.org/organisation/publications/languages-future>

Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia de 2013 não foi atribuído

O Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia António José da Silva de 2013, não foi atribuído por ter sido infringido o regulamento do concurso. O texto selecionado – *Luiz Gama ou O Diabo Coxo*, da autoria da brasileira Gabriela Coelho Rabelo Amadeu – não respeitou o ponto 2.5 do regulamento, em que é dito que os textos concorrentes «não poderão ser divulgados por quaisquer meios, total ou parcialmente, até à data da publicação do resultado final da seleção».

Num esclarecimento divulgado a 20 de novembro, afirma-se que «A decisão foi tomada por ter sido provado que houve leitura pública do texto durante o período que antecedeu a reunião dos jurados brasileiros com os portugueses, através de videoconferência realizada no dia 5 de novembro de 2013, quando foi escolhido o texto em questão».

Considerando os termos do protocolo de parceria celebrado, em 2011, entre a Fundação Nacional de Artes - Funarte e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. dói resolvido, de comum acordo, não atribuir neste ano de 2013 o 7º Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia António José da Silva.

Pelos mesmos motivos, foi igualmente retirada a menção honrosa atribuída ao texto *Quando a Noite Cai*, do autor português Luís Miguel da Silva Lopes.

Recorde-se que nesta 7ª edição integraram o júri português os seguintes elementos: o ator João Saraiva das Neves, do Teatro Nacional D. Maria II, o professor e encenador João Brites, do Teatro O Bando, e a investigadora Ana Rita Martins, do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Arquitetura Processo criativo de Siza em exposição em Berlim



Até final de janeiro de 2014, pode ser vista em Berlim, no Orangelab, um centro dedicados às artes e à cultura, *Da linha ao Espaço*, a primeira exposição monográfica sobre a obra do arquiteto português Álvaro Siza Vieira.

Com curadoria de Rudolf Finsterwalder e Wilfried Wang, que escreveram ensaios para o catálogo, é inaugurada esta semana na Ernst Reuter Platz de Berlim e conta com o patrocínio de diversas entidades alemãs e com o apoio do Camões, IP.

No sítio do Orangelab escreve-se que «Álvaro Siza é um dos

arquitetos contemporâneos mais importantes da Europa, com trabalhos premiados em todo o mundo».

Parafraseia-se, ali, a declaração do júri do Prémio Pritzker, da Fundação Hyatt, atribuído em 1992 a Siza Vieira pelo projeto de renovação na zona do Chiado, em Lisboa, dizendo que «os edifícios de Siza são um deleite para a mente e os sentidos. Cada linha e cada curva estão colocadas com perícia e firmeza». Tendo recebido todos os prémios e distinções mundiais que existem para a arquitetura, Siza fornece nesta exposição uma visão

detalhada sobre a sua imaginação como projetista, com a ajuda de uma seleção dos seus edifícios e projetos mais recentes.

A exposição aposta em mostrar o processo criativo do arquiteto português, em que o desenho manual antecede o computador. «Com a caneta, ele desenvolve ideias que analisam formas e desenha situações espaciais complexas, os modelos apoiam o seu trabalho de desenho». Esta forma de trabalho é o ponto de partida da exposição, em que se pode acompanhar as suas tentativas e experimentações. «Através das finas linhas desenhadas dos seus esboços podemos aproximar-nos da sua compreensão do espaço. Os modelos de trabalho dão esta busca sob uma forma plástica. Fotografias selecionadas e planos complementares completam esta apresentação única», indica o Orangelab.

A exposição liga também Siza, cujos edifícios são caracterizados pelas suas formas atraentes, muitas vezes brancas, à «grande tradição da arquitetura moderna» de formas fortemente plásticas em termos esculturais de Alvar Aalto, Adolf Loos e Frank Lloyd Wright.

Por outro lado, refere a apresentação da exposição, os edifícios de Siza remetem igualmente para outra grande tradição de Portugal – estuques, azulejos, mármore, granito. «A referência ímpar e subtil ao local, ao amplo contexto cultural e arquitetónico, aos ambientes espaciais às vezes épicos determinam a arquitetura de Siza».

Reino Unido Cinema em português

Filmes de cineastas de língua portuguesa, como o angolano Zézé Gamboa, o português João Pedro Rodrigues ou o brasileiro Marcelo Lordello, deram corpo ao *Utopia – 4th UK Portuguese Film Festival* que, de 27 de novembro a 8 de dezembro, decorreu em 4 salas de Londres.

O festival de 2013, organizado como os anteriores pela Filmville, com o patrocínio, entre outras entidades, da Embaixada de Portugal em Londres e do Camões, IP, teve como tema *Cinema, Memória e Paisagem* e pretendia mostrar «uma interessante mistura de filmes contemporâneos com uma sessão única especial», em que foi projetado no Barbican Cinema o filme *O Cerco* (1970), de António da Cunha Telles. Os filmes selecionados visa-



Eles Voltam (2012),
realização de Marcelo Lordello



O Cerco (1970),
realização de António da Cunha Telles

ram apresentar «uma narrativa transcultural de conexões surpreendentes, oferecendo às audiências de Londres a oportunidade de conhecer mais sobre a singularidade

de artística e cultural da produção de países como Angola, Portugal, Guiné-Bissau e Brasil», escreveram os organizadores do festival.

Os realizadores João Nicolau, João Viana, Marcelo Lordello, Salomé Lamas e Zézé Gamboa participaram em conversas com o público depois das projeções dos respetivos filmes, que tiveram lugar no Ciné Lumière, Barbican Cinema, ICA e Genesis Cinema. O festival também apresentou obras da angolana Pocas Pascoal e do brasileiro Gabriel Mascaro.

A Filmville, criada em 2007 tem com o objetivo «fazer a curadoria e a promoção de eventos cinematográficos em torno das culturas portuguesa e lusófona no Reino Unido».



Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt

PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato

CORREÇÃO. No artigo sobre a Mostra Portuguesa em Espanha, publicado no suplemento Camões, n.º197, por uma gralha, foi atribuída indevidamente a nacionalidade espanhola ao especialista português José Blanco.